

TRADIÇÃO E MUDANÇA NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho

1. Introdução

Pelo facto de o continente africano se encontrar numa fase de mudança e de revisão política, ao mesmo tempo que a Europa repensa as suas culturas e fronteiras económicas, vivemos um momento privilegiado para discutirmos a criação literária, a sua relação com a crítica, o ensino da literatura e o lugar da história literária neste contexto.

Aparentemente, a actividade literária mais recente na África lusófona não revela ansiedade em relação a processos de mudança. Tem, de facto, pautado a sua progressão por meio de uma revisão de paradigmas que incorporam moderadamente as tradições literárias (africana e ocidental) para que remetem.

Tal evolução vem-se apresentando de diversos modos: ou pela recuperação de géneros literários menos usados (sob formas híbridas, nomeadamente), como a crónica, a prosa memorial, a narrativa de inspiração histórica; ou pela ampliação das virtualidades linguísticas do Português, na sua associação às línguas africanas ou a sistemas marcados lexical e semanticamente pelos mundos africanos.

A centralidade dos autores neste processo confere-lhes a responsabilidade de responder a um complexo conjunto de expectativas e de receptores. Ligados a comunidades de leitura, sabem que são eles próprios os primeiros e últimos destinatários do que escrevem e do que

sobre as suas obras se diz. De permeio, a marcar as diversas formas de difusão, encontramos os críticos, os professores (que por vezes coincidem), os alunos, os leitores comuns.

Deste jogo de relações, que ora se faz como diálogo bi-lateral ora poli-interpretativo, emerge uma hermenêutica que tem uma história individual, em cinco frentes distintas, tantas quantos os países a que aqui nos referimos, e que carece hoje problematização e avaliação serenas.

O que espera uma comunidade de leitura – a dos países de língua portuguesa, em particular – das literaturas africanas? Eventualmente continuidade e mudança. Continuidade pela conformação literária aos mundos semióticos que nos são familiares e mudança através dos sinais de estranheza que sempre definem a individualidade estética e estilos com consequências retóricas distintas.

Todos os sistemas literários se regulam por estes termos e têm a enquadrá-los um sentido de sobrevivência que se joga entre a preservação de memórias comuns e a tensão ética caldeada pelo pensamento contemporâneo com toda a sua conflitualidade axiológica.

Não devemos surpreender-nos com a ideia generalizada de que estamos perante realidades que tendem a “deslizar para fora” e a perder protagonismo na relação com a Europa e com o Ocidente em geral. Tal facto deve conduzir-nos, sendo ele verdadeiro, à abertura mais sistemática ao diálogo crítico, sem exclusões. (Neste particular, Angola pode deter um papel fundamental, ora como catalizador de energias comuns, ora como factor de natureza exactamente inversa).

2. Os criadores e os críticos

A relação entre os criadores e os críticos encontra-se razoavelmente documentada para as realidades francófona e anglófona. No nosso caso, o estarmos atrasados em tal debate, pode ver-se como vantagem, pelo facto de nos obrigar, hoje, a uma verificação distanciada e desejavelmente autónoma das modalidades de identificação e transformação dos dados literários tradicionais.

A crítica de língua francesa (e tomamos como ponto de partida as posições de Locha Mateso, em nosso entender equidistantes das diferentes perspectivas em circulação) admite que, muito embora o seu exercício se defina ainda entre a contestação e o reconhecimento dos valores estéticos (isto é, entre as questões políticas e as literárias pro-

priamente ditas), haverá muito a ganhar com a recuperação parcial da perspectiva fenomenológica para a leitura literária.

Ou seja, procura-se uma aproximação sem “pré-conceitos” ao texto (sem “pré-juízos”). Não obrigando ao alheamento contextual, esta postura permite que o crítico não se apresente como detentor de verdade(s) e regule as suas leituras por meio de compromissos teóricos provisórios.

Neste domínio outros há que preferem manter-se na preocupação descritiva a par da compreensão da história crítica que acompanha o texto desde a primeira hora.

Sustenta entretanto Locha Mateso (e reside aqui a grande novidade, que no entanto nos parece ainda fundamentada de modo insuficiente), que há que fazer entrar em consideração a existência de uma crítica da oralidade, longe da modernidade logocêntrica veiculada pela escrita.

Enquanto na tradição ocidental esta evolução se relaciona directamente com a da própria ciência, na africana ela realiza-se como um verdadeiro género, com uma configuração própria, independente do valor estético e pragmático dos textos para que remete (ou que ajuda a estruturar) e detém um valor retórico inegável.

Tal crítica provém de uma contenção e distância que nos permitem considerar que é regulada por leis e só erroneamente poderá ser vista como absolutamente espontânea ou consensual.

A crítica de língua inglesa, por outro lado, tem-se ocupado do modo por que as perspectivas contemporâneas podem ser empregues e modificadas. Terá começado, no dizer de Edgar Wright (em *The critical evaluation of african literature*, de 1973), por ser sobretudo descritiva, evitando a avaliação, por diversas ordens de razões:

- para encorajar uma escrita de origem africana;
- pelo receio dos críticos europeus e brancos em parecer hostis ou condescendentes;
- pelo número reduzido de africanos com experiência na discussão literária;
- pela ausência de uma tradição crítica, capaz de lidar com os novos elementos, temáticos e estilísticos, da escrita africana.

Neste caso, uma vez mais se reconhece que uma africanização da crítica literária tem que passar necessariamente pelo estudo consequente das implicações comunicativas globais da tradição oral.

Conjugando-se esta via com a consideração de paradigmas de valor universal, mais facilmente se deduzem os critérios “pré-críticos” partilháveis entre escritor e leitor, ou melhor, entre os criadores e as diferentes comunidades de leitura.

As obras do nigeriano Amos Tutuola são particularmente ilustrativas da conflitualidade e, ao mesmo tempo, da importância que reveste a incorporação activa da oralidade. Usando a língua inglesa na escrita, não deixa de se afirmar um contador de histórias Yoruba e de admitir que tem um papel, de divulgação e de actualização dessa memória, a desempenhar.

Considerarmos tais realidades intransmissíveis em línguas de dominante exógena, como fazem muitos nigerianos – que não aceitam o seu efeito aculturante – equivale também a limitar e a discutir o valor da tradução e da disseminação internacional e multilingue de leituras particulares do mundo.

O que parece fundamental não esquecer é que (como sugere Eldred Jones, em Wright, 1973, referindo-se a Soyinka) a consideração crítica de uma obra não pode esquecer a relevância dos traços ocidentais, quando existam, na estruturação particular de cada texto.

No caso por exemplo dos textos dramáticos de Soyinka não pode dispensar-se por um lado a identificação de raízes e de uma audiência nigerianas, nem por outro lado a existência de um quadro teórico moderno, com as suas técnicas de observação generalizável. Deste facto alguns críticos retiram por isso fundamento para a análise de tais textos também a partir de uma referência “shakespeariana” (na forma, métodos e grandes temas) e neo-aristotélica na definição ética.

Se a obra de um autor incorpora e mistura elementos diversos de diferentes tradições de pensamento e metodologia, não pode o crítico alhear-se de uma leitura que dê conta de toda essa complexidade, sob risco de coarctar drasticamente as exigências formativas do seu exercício.

No nosso caso particular, estas questões não deixam de se colocar com a mesma importância. Carecemos uma mais acentuada valorização do texto literário como organismo autotélico, regulado por regras próprias e únicas, e uma menor preocupação historicista e biografista. Tais domínios têm uma importância fundamental, mas devem ser moderadamente considerados para as questões estéticas.

É sabido que o crítico, e particularmente o de origem académica, não pode alhear-se da sua responsabilidade transformadora, seja esta traduzida em termos de identificação seja em termos de avaliação. Estando na origem da fixação e manutenção de um cânone de grandes textos e de um outro, móvel, mas de recuperação paradigmática situada socio-politicamente, dificilmente a crítica se distancia em absoluto da actividade criativa em termos empíricos.

Quando falamos de crítica universitária estamos por exemplo a ajuizar sobre um campo que tem implicações curriculares precisas, pelo que a sua natureza tem que impor-se pela equidistância entre um reconhecimento institucional – susceptível de se compatibilizar com os restantes domínios curriculares e as intenções formativas de cada docente e de cada grupo de trabalho. É um processo que só pode ser avaliado – em termos de resultados – a longo, ou desejavelmente a médio prazo, mas que exerce os seus efeitos sobre toda uma geração de cada vez que tem lugar.

Vista como erudita, esta crítica deverá, para o ser (e sem apresentar no entanto distância em relação às realidades de leitura exteriores à academia) persistir no acompanhamento da evolução teórica e científica neste âmbito específico e resistir à tentação avaliativa que é frequentemente assumida pela crítica jornalística de modo por vezes ainda mais acentuado (embora também aí discutivelmente).

Não podemos senão formular verdades provisórias, certezas teóricas negociáveis, para sermos capazes de acompanhar com resultados científicos significativos um mundo cuja característica primeira é a da mobilidade significativa e estética.

Se pensarmos na crítica jornalística entramos num campo inteiramente diverso: aqui, queiramos ou não, o efeito selectivo sobre as obras que se nomeiam joga-se de modo imediato. Pela sua circunstancialidade, não pode apresentar o recuo suficiente para se pronunciar sobre questões de valor. Detém, por outro lado, uma natureza informativa fundamental pelo facto de dinamizar as relações entre o público e os mundos editoriais.

Sendo grande a tentação normativa em qualquer destes contextos, ela parece no entanto dever inviabilizar-se a troco de uma consciência da necessidade de deixar a cada indivíduo o esforço pessoal de incorporação dos sentidos em circulação.

Uma sociedade em que este debate se vem fazendo com grande insistência é a americana. Aí, a oposição entre as várias tendências críticas assumiu as proporções do ressentimento e do preconceito, como diz Harold Bloom no seu muito recente *Western canon*.

Uma parte desses grupos procura a recuperação clássica e tradicional de valores de natureza universal para inviabilizar o niilismo axiológico em que os Estados Unidos aparentam cair; outra parte exige a valorização cultural das minorias em situação de total equidade de tratamento.

Esta realidade, não muito distante do que se passa na Europa a vários níveis, pode tomar-se como alegoria das aporias do pensamento contemporâneo e servir-nos de referência para que desconfiemos de qualquer tipo de solução com fim à vista. Retirar complexidade aos sistemas culturais tem um preço muito elevado e de consequências dificilmente mensuráveis no imediato.

A relação entre criadores e críticos é um dos pontos sobre que assenta o próprio sentido de evolução e renovação estética mediando igualmente as necessidades formativas globais. A independência entre eles não se faz por isso por via de cortes ou rupturas, mas pela recuperação de abordagens rigorosas que possam por um lado ampliar os factores de ponderação da originalidade e por outro trazer à colação as qualidades filológicas e retóricas dos textos.

Não podendo alhear-se do que lhe é exterior, a leitura académica deve obrigar-se a uma interrogação sistemática sobre a operacionalidade dos instrumentos de análise no que talvez se ganhe com a recuperação acrónica de factores de literariedade.

Igualmente, não sendo viável a total independência hermenêutica (como procurou Derrida) devemos ser capazes, em todo o caso, de deslocar a centralidade europeia do debate sobre a literatura e a cultura africana. As posturas empáticas, de que falava E. Wright, quase sempre localizadas eurocentricamente, perdem razão face à permeabilidade activa e cada vez mais rápida dos sistemas culturais e das diversas tradições entre si.

Os fenómenos que justificam a identidade não passam por isso pela negação de afinidades nem pela afirmação imperativa do que é particular, mas, como já Hegel nos lembrava, pela forma como o universal sustenta as manifestações individuais.

3. O ensino da literatura

De pouco serviria uma comunidade de leitura se não existisse, dela dependente, um quadro formativo em que se inclui nomeadamente a instituição escolar, a todos os níveis.

Os sistemas educativos, de grande sensibilidade em relação às formas de interdependência social e cultural, orientam-se segundo normas, muitas vezes explicitamente ortodoxas.

No caso da literatura contribuem, tanto para a fixação de textos particulares, enquadrados quase sempre geracionalmente, quanto para a multiplicação de modelos de leitura amplamente disseminados nas comunidades de pertença.

Desta forma é fácil deduzir um quadro de sobrevalorização de uma norma que quase sempre se define pelos conceitos simultâneos de assimilação ou de exclusão.

A dominância de técnicas de análise sobretudo explicativas (baseadas na perspectiva de aquisição mais ou menos imediata de instrumentos de trabalho), e de componente psicologista ou historicista, limita com toda a certeza o acesso diversificado e autónomo às heranças culturais em jogo e às manifestações de memória colectiva.

A história literária, por exemplo, sendo estratégia legítima de aproximação ao texto literário, é insuficiente se quisermos interrogar a obra na sua natureza filológica.

Quando antes falávamos de Derrida não era por acaso. O seu interesse, no seio da perspectiva desconstrucionista, pela recuperação da filologia como método rigoroso de análise, com a consequente valorização da escrita e a recusa da historicidade, se teve inúmeros detractores, não deixa de merecer um lugar de destaque.

Embora muito radical, esta hipótese ajuda-nos a moderar as tentações logocêntricas na abordagem do objecto literário e favorece perspectivas em que se cria lugar – independentemente de este modelo o pressupor ou não – para a multiplicação das exigências pedagógicas.

Não oferece hoje especial discussão, por exemplo, que a retórica, a filosofia, e mesmo a teologia, a par das heranças da Nova Crítica, possam dar contributos inestimáveis ao relançamento da apreciação literária.

Muitos teóricos o vêm tentando, num processo que começou por ser devedor da estilística mais “clássica” (como no caso de Zadi Zaouru – autor de *La parole poétique dans la poésie africaine. Domaine de l’Afrique de l’Ouest francophone*, de 1981- que procurou partir da obra de Bally), para hoje assumir uma natureza quase sempre ecléctica mas cada vez mais marcada por uma “Nova Retórica”.

Esta área de estudos procura nos nossos dias dar conta das mudanças profundas em curso no sistema ocidental de valores e tomar como imperativo o desenvolvimento de modos produtivos de acesso à comunicação e não a coacção verbal, por mais habilidosa e mascarada que se nos apresente.

4. Conclusão

Voltando ao que inicialmente referíamos, cremos que as expectativas em relação às literaturas africanas escritas em português, passam:

Identidade, Tradição e Memória

- pela intensificação das formas de relacionamento entre a criação e a crítica;
- pela consideração permanente de novos métodos de leitura literária (para o ensino, nomeadamente);
- pelo acompanhamento sereno das transformações socio-culturais em África;
- pela exigência de um debate sistemático, aberto, independente dos sistemas políticos, e sem exclusões de qualquer ordem.